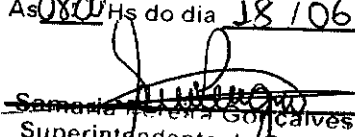


LEI Nº 380/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025.  
**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Publicado no Átrio da Prefeitura  
Municipal de Sandolândia - TO

Às 08:00 Hs do dia 18/06/2025

  
Samara Azeiteira Gonçalves  
Superintendente de Gestão  
de Recursos Humanos  
Decreto: 001/2025

183/2025  
18.06.2025  
Colerendonha Ioli  
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER  
AUXÍLIO FINANCEIRO AOS MÉDICOS  
PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS  
PARA O BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA, Estado do Tocantins, no uso  
de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal  
APROVA e eu SANCIONO e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos a título  
de auxílio financeiro aos médicos em atuação no Município de Sandolândia/TO,  
participantes do Projeto Mais Médico para o Brasil, instituído pela Lei Federal nº  
12.871, de 22 de outubro de 2013, segundo as diretrizes de implementação  
estabelecidas na Portaria Interministerial nº 1 369- MS/MEC, de 2013, destinadas à  
concessão de auxílio moradia e auxílio alimentação conforme critérios  
estabelecidos na presente Lei.

§1º. Os médicos referidos nesta Lei farão jus aos recursos desde que  
efetivamente cumpram seus deveres e compromissos assumidos junto ao  
Município e ao Ministério da Saúde.

§2º. Os médicos residentes em imóvel próprio e/ou de familiar, localizado  
neste Município ou em municípios vizinhos, não terão direito ao auxílio moradia.

Art. 2º. Os médicos participantes do Programa " Mais Médicos" serão  
selecionados, contratados e remunerados pelo Ministério da Saúde, estando  
estes profissionais vinculados exclusivamente ao Ministério da Saúde, competindo  
ao Município de Sandolândia/TO apenas o custeio do auxílio moradia e auxílio  
alimentação.

Art. 3º. Fica estabelecido o auxílio financeiro destinado ao custeio de  
despesas com moradia e alimentação até o valor máximo de R\$2.000,00 (dois  
mil reais) mensais.

§1º. Os recursos alusivos ao auxílio alimentação serão repassados  
mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, ao mês de atividade  
do médico participante a partir da data de efetivo exercício e mediante aceitação  
pela Secretaria Municipal da Saúde, do Termo de Compromisso firmado entre o  
profissional médico e o Ministério da Saúde.

§2º. Os auxílios moradia e de alimentação poderão ser atualizados por  
Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitados os limites  
estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**Art. 4º.** Os repasses dos valores se darão no prazo máximo de até 36 (trinta e seis) meses, para o médico participante, de acordo com o estabelecido para execução do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Portaria Interministerial nº 1.369- MS/MEC, de 2013.

**Art. 5º.** Em caso de afastamento do Projeto, por qualquer motivação, o médico participante deverá comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, que suspenderá de imediato os repasses dos recursos concedidos nos termos da presente Lei.

**Art. 6º.** A Secretaria Municipal da Saúde deverá informar ao médico participante a possibilidade de concessão dos auxílios financeiros estabelecidos nesta lei e ao Ministério da Saúde a modalidade ofertada, bem como o valor, o prazo e a forma de repasse.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde.

**Art. 8º.** Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a proceder a suplementação orçamentária até o limite necessário a execução da presente Lei.

**Art. 9º.** Os casos não previstos nesta Lei relativos aos médicos participantes serão avaliados pela Secretaria Municipal da Saúde junto à Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

**Art. 10.** Caso seja necessário, o Chefe do Executivo Municipal poderá, por Decreto, regulamentar no que couber a presente lei.

**Art. 11.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroage seus efeitos a partir de 01 de abril de 2025.

**Art. 12.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sandolândia, Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de junho de 2025.

**LUCIANO BARRETO ALVES**  
PREFEITO MUNICIPAL